

# Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

Edwaldo Costa  
Suélen Hara  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora

Ano 2021

# Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

Edwaldo Costa  
Suélen Hara  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes editoriais**

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

## Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a inclusão

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Edwaldo Costa  
Suélen Hara

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E38 Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a inclusão / Organizadores Edwaldo Costa, Suélen Hara. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-386-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.863211008>

1. Inclusão escolar. 2. Educação inclusiva. I. Costa, Edwaldo (Organizador) (Organizadora). II. Hara, Suélen (Organizadora) (Organizador). III. Título.

CDD 371.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos aos nossos leitores o e-book “Elementos Norteadores e Ações Político-pedagógicas para a Inclusão”. A obra traz um conjunto de contribuições voltadas a diferentes áreas da Educação. Esse e-book é composto por 14 capítulos de 32 pesquisadores.

A obra leva a público um conjunto de escritos que abordam as seguintes temáticas: inclusão escolar e as fragilidades da escola; confecção de órteses para crianças da educação infantil; prática do *bullying*; tecnologia assistiva, nanismo e permanência na escola; ensino remoto durante a Pandemia de Covid-19; o papel do psicopedagogo numa instituição de ensino profissionalizante; o programa Universidade para Todos na Universidade do Estado da Bahia; Teorias da Justiça de John Rawls e Amartya Sen; conhecimento científico e formação docente; acessibilidade de deficientes visuais; relações interpessoais dos professores de educação especial; inclusão nos anos iniciais do fundamental e evasão acadêmica.

Espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa para a comunidade científica e profissionais da área. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição.

Por fim, sabemos ainda, o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos a estrutura da Atena Editora, capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Edwaldo Costa  
Suélen Hara

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A INCLUSÃO ESCOLAR E AS FRAGILIDADES DA ESCOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE BOURDIEU

Rosalina Maria de Lima Leite do Nascimento


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110081>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

CONFECÇÃO DE ÓRTESES PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PESQUISA COM INTERVENÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL DA UNIARP

Vanessa Tumelero

Marlene Zwierewicz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110082>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

A PRÁTICA DO *BULLYING* CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A SUA REPERCUSSÃO EM MEIO A SOCIEDADE

Cassiane de Melo Fernandes


Lorena Fachini dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110083>

### **CAPÍTULO 4..... 39**

A TECNOLOGIA ASSITIVA NA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA SURDA

Elzeni Bahia Gois de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110084>


### **CAPÍTULO 5..... 50**

DEFICIÊNCIA FÍSICA - NANISMO: OS DESAFIOS AO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Gilberto Otaviano da Silva

Paula Alves Magnani Seabra

Manoel Osmar Seabra Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110085>

### **CAPÍTULO 6..... 63**

ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Edwaldo Costa

Suélen Keiko Hara Takahama


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110086>

### **CAPÍTULO 7..... 74**

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE: INSTRUMENTOS PSICOPEDAGÓGICOS PARA IDENTIFICAR PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Jacqueline Kelli Fuzetti

Elaine Cristina Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110087>


**CAPÍTULO 8..... 85**

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT) NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: UMA OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ana Cleide Santos de Souza

Neila Barreto Fernandes

Maria Alice Carvalho Sacramento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110088>


**CAPÍTULO 9..... 98**

PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL A PARTIR DAS TEORIAS DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS E AMARTYA SEN

Beatriz Fracaro

Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello

Luciane Sobral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110089>

**CAPÍTULO 10..... 115**

PESQUISA COLABORATIVA: CONEXÃO ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E FORMAÇÃO DOCENTE

Emne Mourad Boufleur

Morgana de Fátima Agostini Martins

Alessandra Viegas Josgrilbert

Maria de Fátima Viegas Josgrilbert

Roseli Áurea Soares Sanches


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100810>

**CAPÍTULO 11..... 130**

DESENVOLVIMENTO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO TATÉIS PARA ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTES VISUAIS

Raquel Rosa de Souza

Carmen Iara Walter Calcagno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100811>

**CAPÍTULO 12..... 142**

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS OUTROS ATORES DO AMBIENTE ESCOLAR

Osni Oliveira Noberto da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100812>

**CAPÍTULO 13..... 152**

TV TRADUTORA: UM NOVO OLHAR PARA A INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL

Francisco Lucas Nicolau da Silva

Iarla Antunes de Matos Arrais  
Samya de Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100813>


**CAPÍTULO 14..... 159**

**PROGRAMA FOCOO: POTENCIALIZANDO TALENTOS E REDUZINDO A EVASÃO DOS ACADÊMICOS**

Jefferson dos Santos Funaro

Claudio Vaz de Araújo

Rosana Servelin Igual

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100814>

**SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 166**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 167**

## A PRÁTICA DO *BULLYING* CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A SUA REPERCUSSÃO EM MEIO A SOCIEDADE

Data de aceite: 02/08/2021

Data de submissão: 11/05/2021

### Cassiane de Melo Fernandes

Faculdade Barretos  
Barretos-SP

<http://lattes.cnpq.br/4338400517652873>

<https://orcid.org/0000-0003-0319-2442>

### Lorena Fachini dos Santos

Faculdade Barretos  
Barretos -SP

<http://lattes.cnpq.br/9533770664801492>

**RESUMO:** O *bullying* baseia-se a um preconceito social, onde, as diferenças humanas servem como uma razão de crueldade. Com os avanços sociais este fenômeno foi se propagando em meio a sociedade, onde, por muitos anos as suas consequências foram ignoradas. Assim, o fato de que o *bullying* corresponde a maus-tratos violentos e cruéis, onde, constantemente é praticado contra as pessoas com deficiência que fazem parte de um grupo minoritário, grupo este, que ao longo dos anos lutam incessantemente pelo fim da desigualdade, uma vez que, sofreram historicamente preconceitos e juízos prévios por suas desigualdades, e além de sofrerem todos os percalços em razão da deficiência ainda sofrem *bullying*. Apesar de todos os avanços sociais devidamente alcançado pela humanidade o *bullying* ainda existe, e esta violência está permeada em meio a sociedade. Nesse aspecto, a prática deste fenômeno contra as pessoas

com deficiência, gera automaticamente uma exclusão social, findando as perspectivas de inclusão, causando conseqüentemente um retrocesso social. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo ponderar todos os impactos que o *bullying* tem causado perante as pessoas com deficiência, e seus reflexos em meio a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Bullying*. Deficiência. Desigualdade.

### THE PRACTICE OF BULLYING AGAINST PERSONS WITH DISABILITIES AND ITS REPERCUSSION AMONG SOCIETY

**ABSTRACT:** Bullying is based on social prejudice, where human differences serve as a reason for cruelty. With social advances, this phenomenon was spreading among society, where, for many years, its consequences were ignored. Thus, the fact that bullying corresponds to violent and cruel abuses, where it is constantly practiced against people with disabilities who are part of a minority group, this group, which over the years have fought incessantly for the end of inequality, since they have historically suffered prejudices and previous judgments for their inequalities, and in addition to suffering all the difficulties due to the disability still suffer bullying. Despite all the social advances duly achieved by humanity, bullying still exists, and this violence is permeated among society. In this regard, the practice of this phenomenon against people with disabilities automatically generates social exclusion, ending the prospects for inclusion, consequently causing a social setback. Therefore, this work aims to consider all the impacts that bullying has caused to people



with disabilities, and its reflexes in society.

**KEYWORDS:** Bullying. Deficiency. Inequality.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em um cenário mundial, as diferenças são parte da condição humana, todavia, o reconhecimento e a compreensão das diferenças de cada pessoa nem sempre é alcançada em meio a sociedade, sendo ignorado o direito a igualdade e inalcançável a dignidade da pessoa humana.

Diante da falta de reconhecimento e respeito, as diferenças humanas, surgiu o bullying, sendo o mesmo, uma intimidação sistemática executada dentro de uma relação desigual de poderes, ainda pouco conhecido sempre esteve presente em meio a sociedade atingindo todos aqueles que são considerados vulneráveis em um meio, assim, este fenômeno é então praticado dia após dia contra as pessoas com deficiência, onde as mesmas sofrem violências físicas e psicológicas, sendo essas intencionais e repetitivas pelo simples fato de possuírem uma insuficiência, ou seja, um impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e com isso, muitas vezes essas pessoas são incapazes de se protegerem, não podendo se expressar e nem ao menos se safar do sofrimento causado pelo *bullying*.

Atualmente, todos estão inseridos na sociedade da informação, sendo assim, a mesma serviu como meio de promover a acessibilidade da pessoa com deficiência, mas, todavia, deixou essas pessoas mais vulneráveis a prática do bullying, uma vez que o mesmo é constantemente praticado através das redes sociais, sendo também denominado como *Cyberbully*, nesse sentido, a pesquisadora Cleo Fante aponta, que o *Bullying* é desenvolvido em meios de trabalho, escolares, familiares e em âmbitos virtuais, ou seja, relações sociais em toda forma de interação (FANTE, 2005, p.46).

## 2 | A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Inicialmente a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, que foi devidamente aprovado pela Assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 09 de dezembro de 1975, que definiu em seu item 1 uma conceituação:

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1975).

Por outro lado, em 1980 a Organização Mundial da Saúde (OMS) conceituou deficiência, como “qualquer perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”.

Nesse sentido, em 1989 a Lei nº 7.853 regida pelo Decreto nº 914, de 6 de setembro

de 1993, devidamente revogada em 1999 pelo Decreto de Lei nº 3.298, que gerou uma política de integração das pessoas com deficiência, em seu inciso um do artigo 3º:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999).

Por fim, foi proposta uma definição e uma conceituação as pessoas com deficiência, previsto no artigo 1º do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulgado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Artigo 1º Propósito: Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

As nomenclaturas quanto a pessoa com deficiência vem passando historicamente por diversas mudanças, no passado, os termos que prevaleciam em meio a sociedade eram como, “aleijado”, “defeituoso”, “incapacitado”, “inválido”, “excepcional”, “retardado”, “pessoa portadora de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais” e outros, evidenciando a deficiência superior que a pessoa.

Nesse sentido, o pesquisador Romeu Kazumi Sassaki, expõe:

A expressão “pessoa com necessidades especiais” é um gênero que contém as pessoas com deficiência, mas também acolhe os idosos, as gestantes, enfim, qualquer situação que implique tratamento diferenciado. Igualmente se abandona a expressão “pessoa portadora de deficiência” com uma concordância em nível internacional, visto que as deficiências não se portam, estão com a pessoa ou na pessoa, o que tem sido motivo para que se use, mais recentemente, conforme se fez ao longo de todo este texto, a forma “pessoa com deficiência” (SASSAKI, 2003, p. 1.236).

Isto posto, certifica-se que a evolução da denominação aos deficientes passou por diversas mudanças, em busca de uma nomeação apropriada e capaz de destacar a pessoa humana sobre sua deficiência, evidenciando assim, que deficiência não é sinônimo de incapacidade.

Após as modificações de nomenclaturas buscando a valorização da pessoa humana, a forma “pessoa com deficiência” tornou-se mais adequada, uma vez que a mesma, valoriza a pessoa humana à frente de sua deficiência.

### **3 | EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO SOCIAL**

Historicamente ao se referir as pessoas com deficiência, nota-se que a segregação era

comum em meio a população, no entanto as mesmas eram vítimas de rejeição e eliminação sumária, em razão de que as deficiências eram consideradas como causas espirituais, onde as mesmas eram causadas por espíritos maus, demônios ou até mesmo uma forma de pagamento por pecados cometidos, indicando impureza, à vista disso, as mesmas passaram por abandonos, métodos de correção e eram sujeitadas a “cura” por meio de torturas e sacrifícios (PACHECO; ALVES, 2007, p. 247).

De acordo com os estudos de Lorentz, as pessoas com deficiência eram aniquiladas em meio a civilizações arcaicas, um grande exemplo dado pelo mesmo é Esparta, na qual, as crianças que nasciam com algum tipo de deformidade ou diferenças anatômicas, não eram consideradas pessoas, sendo portanto levadas ao topo de montes e atiradas de lá, de acordo com a legislação instaurada obtinha-se a concepção de um indivíduo normal e anormal, sendo assim, entendiam que as crianças com algum tipo de diferença da normalidade deveriam ser imediatamente eliminadas por retratarem impasses para a procriação de sujeitos que se encaixavam em um padrão de “normalidade” (LORENTZ, 2006, p. 10).

Necessário se faz pautar sobre os períodos de guerras durante todo o histórico mundial de conflitos, uma vez que durante estes momentos, existem relatos de condutas perante as pessoas com deficiência, as quais eram exterminadas de formas cruéis, sendo através de assassinatos, encarceramentos, abandonos e por muitas vezes, eram utilizados como cobaias em experimentos e pesquisas dolorosas com humanos, como consta em inúmeros relatos deixados através da Segunda Guerra Mundial (LORENTZ, 2006, p. 15).

As pessoas com deficiência começaram a serem notadas através de uma carência de mão de obra devido à escassez, consequência das guerras mundiais, principalmente após a segunda, assim, os mesmos passaram a ser vistos como uma necessidade de serem educados e de certa forma, desenvolverem uma autonomia, conseqüentemente, foi um dos passos para o início da visão positiva da sociedade perante as pessoas com deficiência (LOPES, 2018, p. 31).

A década de 1980 foi uma das mais promissoras ao se deparar com o assunto sobre deficiência, uma vez que foi o momento em que houve o planejamento de construções acerca da educação para as pessoas com deficiência. No ano seguinte, 1981 foi considerado o ano internacional da pessoa com deficiência, o qual foi considerado o ponta pé inicial para as tessituras da efetivação dos direitos para as pessoas com deficiência (FIGUEIRA, 2008, p. 502).

Conforme o interesse pela educação especial começou a ganhar uma rica crescente pelos estudiosos, a abertura de possibilidades para as pessoas com deficiência foi se tornando cada vez mais abrangentes, sendo assim, o desenvolvimento científico passou a ser mais visado para esta área. Os direitos basilares também começaram a serem planejados e enfim executados, assim como foi a de Salamanca em 1994, em uma convenção a qual foi discutido os direitos, políticas e necessidades educativas para as

pessoas com deficiência, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos de 1996 e 1997 (LOPES, 2018, p. 30).

Por fim, entende-se que apesar de muitas dificuldades e controvérsias, as pessoas com deficiência ganharam grandes conquistas tanto no âmbito social, como também nos meios legislativos, uma vez que, percebeu-se as mudanças de parâmetros quando se refere aos tratamentos que antes era em maioria de exclusão e atualmente, é cada vez mais trabalhado para que a igualdade seja estabelecida em plena eficácia.

## **4 | AS DIFICULDADES DA INCLUSÃO SOCIAL**

A partir de 1980 a inclusão social passou a ser reconhecida em todo o meio social, assim, como foi citado no tópico acima. Seguindo este raciocínio, em meados de 1970 a inclusão passou a figurar os direitos sociais básicos, sendo assim, evidenciados em significativos documentos normativos e legais, principalmente na América e na Europa (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011, p. 378).

De certa maneira a comunicação cultural e identidade cultural, ou seja, onde a diferença e a igualdade não são opostas, mas sim inerentes, tornando-se, portanto, uma grande ditadura em um meio social homogêneo deixando de considerar as diferenças de cada indivíduo. Ainda nesse sentido Alain Tourani esclarece: “Complementarmente, o sujeito não pode se afirmar como tal sem reconhecer o outro como sujeito e, em primeiro lugar, sem se livrar do medo do outro, que leva à sua exclusão” (TOURAINÉ, 1998, p. 203).

A inclusão social, em um aspecto geral, deve ser voltada para a educação, cultura, lazer e trabalho, como também em demais setores sociais, e devem ser influenciadas e trabalhadas dia após dia em todos os tipos de relações interpessoais, assim, serão reduzidas as ações discriminatórias, excludentes e preconceituosas contra qualquer pessoa, seja ela deficiente ou não.

Muitas são também as ações internacionais a respeito da inclusão social das pessoas com deficiência. Estas ações são infinitamente importantes, assunto o qual também foi trabalhado na dissertação de Mazzota e D'Antino, os quais em suas considerações finais, citam:

Vale lembrar as importantes recomendações internacionais, em grande parte já incorporadas à legislação brasileira, focalizando a necessidade de atenção às barreiras de toda ordem com vistas à sua superação. No entanto, sabendo-se que o processo de pensamento é muito mais ágil do que as transformações sociais que dele derivam, há enorme descompasso entre aquilo que se pensa e deseja e o que deve ser transformado (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011, p. 387).

Ressalta-se a memorável frase dita por Berger e Luckmann no ano de 1999, os quais citaram: “a humanidade específica do homem e sua socialidade estão inextricavelmente entrelaçadas” (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 75).

A inclusão social é trabalhada através da simples atividade social inclusiva que inclui a participação de toda a esfera social da comunidade, seja ela nacional ou internacional. No momento em que a inclusão social começa a ser mais bem trabalhada, as pessoas com deficiência começaram a não se sentir apenas uma pessoa que possui uma deficiência, como também se sentirá, principalmente, humana.

Ao que se refere a inclusão social como um todo, também é citado por Mazzota e D'Antino:

A educação, a cultura e o lazer constituem, sem dúvida, espaços estruturados com fundamental poder de mediação na consolidação da inclusão social da pessoa com deficiência, assim como de todo e qualquer sujeito. E, não é demais repetir, inclusão social implica participação ativa no grupo social pautada no respeito à diversidade individual e à pluralidade cultural (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011, p. 387).

O período escolar é sem dúvidas o mais intrigante para uma pessoa com deficiência se adaptar, uma vez que, se está fora de inclusão e estudando em apenas uma escola para deficientes, não vai conseguir se sentir normal perante as outras crianças, porém, por diversas vezes as crianças que possuem deficiências, ao serem incluídas no mesmo ambiente escolar que outras crianças que não possuem deficiência, acabam sofrendo devido o *bullying*.

Em tempos atuais, muitas mudanças expressivas ocorreram durante todo este tempo de inicialização da inclusão social escolar, sendo alvo de muitos altos e baixos.

## 5 | O BULLYING E SEUS REFLEXOS

Diante de uma evolução conceitual, foi dado a intimidação sistemática o termo *bullying*, tendo como indicação os estudos já realizados em 2005 por Cleo Fante.

Definimos o *bullying* como sendo um comportamento cruel intrínseco nas relações interpessoais, em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objeto de diversão e prazer, através de “brincadeiras” que disfarçam o propósito de maltratar e intimidar (FANTE, 2005, p. 29).

Nesse sentido, essa expressão é empregada para explicar um fenômeno relacional frequentemente observado em grupos, que são caracterizados através da presença de comportamentos agressivos, cruéis, atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, adotados por uma ou mais pessoas contra outras, sem motivação evidente. Destacando-se a persistência desse comportamento hostil e intimidador contra uma mesma pessoa ou grupo, o que designa o *bullying* (FANTE, 2005; ALMEIDA, 2008).

Nesse sentido a escritora Ana Beatriz Barbosa Silva expõe:

O *bullying* é um termo ainda pouco conhecido do grande público. De origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. Os atos de violência (física ou não) ocorrem de



forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas (SILVA, 2016, p. 7).

O fenômeno bullying começou a ser estudado na Noruega no fim da década de 1970 pelo professor da Universidade da Noruega, Dan Olweus. Os estudos ganharam notoriedade passando a se destacar em 1982, quando três meninos na Noruega com idade entre 10 e 14 anos, cometeram suicídio, sendo identificada o *bullying* como causa.

Após anos e anos, pode-se perceber um constante crescimento da prática do bullying, ocasionando consequências, nesse sentido, de acordo com a pesquisadora Luciane Guisso o *bullying* tem passado a ser cada vez mais estudado, sendo assim, expõe:

Os estudos sobre o fenômeno *bullying* tem sido ampliado no cenário nacional. Percebe-se que o caminho para seu entendimento é longo, uma vez que necessita de mais estudos, principalmente de longo prazo, bem como trabalhos preventivos em escolas que visem a troca de informações em torno das consequências do *bullying* infantil (GUISSO, 2016, p. 3).

Diante dos estudos quanto a intimidação sistemática com o passar dos anos, passaram a ser perceptível e notório o acréscimo de pessoas com desestruturação psicológica, ocasionadas pelas práticas de *bullying*, do mesmo modo que, o índice de assassinatos e suicídios obteve um grande aumento (SILVA, 2010; FANTE, 2005).

A pesquisadora Fante expõe quanto as consequências do *bullying* diante de suas vítimas:

As consequências para as “vítimas” desse fenômeno são graves e abrangentes, promovendo no âmbito escolar o desinteresse pela escola, o déficit de concentração e aprendizagem, a queda do rendimento, o absentismo e a evasão escolar. No âmbito da saúde física e emocional, a baixa na resistência imunológica e na autoestima, o stress, os sintomas psicossomáticos, transtornos psicológicos, a depressão e o suicídio (FANTE, 2005, p. 3).

Necessário se faz compreender que consoante do grau de sofrimento vivido pelas vítimas de intimidação sistemática, as mesmas poderão sentir-se ancoradas a construções inconscientes de concepções de vingança e até mesmo de suicídio, inclusive podem manifestar determinados tipos de comportamentos violentos, prejudiciais a si e à sociedade, assim, para Fante esses fatos podem ocorrer quando não obtiver intervenção diagnóstica, preventiva e até mesmo psicoterápica. Nesse seguimento cita-se as tragédias que ocorreram em escolas na cidade de Columbine (E.U.A.); Taiuva (SP); Remanso (BA), Carmen de Patagones (ARG) e Red Lake (E.U.A.), Realengo (RJ) e Suzano (SP) (FANTE, 2005).

Em concordância com os entendimentos de Fante, as pesquisadoras Esteve e

Arruda expõem quanto aos problemas causados pelo *bullying*:

O bullying quando sofrido por muitos anos, pode gerar na vítima graves problemas de socialização, doenças como bulimia, depressão, chegando até mesmo a pensamentos suicidas, ou chegando a situações extremas, como é caso que aconteceu no Rio de Janeiro quando um jovem armado entrou na escola em que estudou, matando várias crianças e professores e, logo em seguida se mata e, segundo as investigações policiais, esse ato foi gerado porque ele sofria de bullying pelos seus colegas de classe (ESTEVE; ARRUDA, 2014, p. 24).

Segundo a pesquisadora Sonia Sharp as crianças que sofrem por intimidação sistemática muitas vezes sofrem de dificuldades sociais, ademais, algumas delas sofrem pelo simples fato de possuírem uma aparência física diferente, ou pelo aspecto de apresentarem uma deficiência, e assim se tornam alvos de zombarias, no mais, a mesma expressa que as crianças deficientes, ou seja, todas aquelas crianças que possuem uma aparência física diferente, uma maior fragilidade, e deficiência, possuem um maior risco de serem vítimas do Bullying (Sharp, 1995, p. 2).

Diante de um trabalho realizado com o objetivo de caracterizar o bullying e abordar essa prática com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, as pesquisadoras Dias e Pingoello expõem:

O aluno especial tem dupla batalha: a de enfrentar suas dificuldades decorrentes de sua deficiência e a de enfrentar a discriminação e preconceito por aqueles que o julgam como um incapaz, o que culmina em seu isolamento das relações sociais na escola regular (DIAS; PINGOELLO, 2016, p. 40).

Ademais, para as mesmas o bullying, além de prejudicar o processo de inclusão das pessoas com deficiência, compromete o desenvolvimento e o aprendizado do aluno com deficiência, concluem ainda que a intimidação sistemática é uma violência que causa severas consequências para todos os envolvidos, inclusive as vítimas que possuem necessidades especiais de educação, uma vez que as mesmas enfrentam suas dificuldades mediante suas deficiências, e além, enfrentam a prática do bullying (DIAS; PINGOELLO, 2016, p. 41).

Com tudo, a intimidação sistemática gera um retrocesso social quando se trata de sua prática contra pessoas que possuem necessidades especiais, uma vez que, essas pessoas lutam dia após dia para alcançarem uma igualdade fática em um meio social, e esse ato de violência é praticado visando atingir suas vítimas diante de suas dificuldades por intermédio de suas deficiências.

## **6 | O BULLYING CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Historicamente, o nascimento de uma criança com deficiência, era visto como um motivo para que os pais e passassem a se sentirem constrangidos e até mesmo humilhados diante da sociedade, e com o passar dos anos, os mesmos, buscavam esconder essas

crianças, e assim, provavam essas crianças de todos os seus direitos de uma vida digna que poderia favorecer o seu desenvolvimento social (WILLIAMS, 2003, p. 147).

Embora, ao longo da história, as pessoas com deficiência terem conquistado os seus direitos basilares, como o direito à vida, educação, dignidade e respeito, passando a serem incluídas aos estudos igualitários aos das crianças consideradas normais, onde estudam na mesma escola e até a mesma classe (OMOTE, 1999, p. 12), os deficientes ainda sofrem com todo o preconceito e discriminação que vivenciam dia após dia.

No mais, segundo Smith (2002) as crianças deficientes que foram incluídas diante do ensino regular estão totalmente expostas a exclusão dos grupos de amizades escolares, além do mais, são sujeitas à vitimização do *bullying*.

Para Gomes (2008) os alunos que frequentam o ensino regular e que possuem algum tipo de deficiência são vítimas de várias formas de violências, ocorrendo assim violências praticadas por meio do fenômeno *bullying*.

Ademais, o *bullying* contra alunos e alunas com deficiência é comum diante dos meios escolares, além das barreiras físicas e comportamentais, é motivo de sofrimento por parte destes e destas e de convivência difícil na escola regular (BORGES; CAMPOS, 2017, p. 80).

Assim, cabe salientar que a “dinâmica do bullying está no preconceito, na discriminação e na intolerância ao diferente” (ARROIO; BATISTA; ZANUNCINI, 2012, p.2).

As pessoas com deficiência com necessidades educacionais especiais, além de enfrentar a superação de suas próprias limitações e dificuldades decorrentes da deficiência, ainda precisam enfrentar toda violência escolar, todo preconceito das outras pessoas que não o consideram capacitados e competentes para frequentar o ensino regular, e até mesmo superar todas as discriminações, essas ocasiões geram o isolamento e exclusão dessas vítimas das relações sociais. Diante disso as consequências do preconceito e da discriminação é a exclusão, pois prejudica a finalidade social que deve ser gerada por meio da educação, que é a inclusão, ou seja, a ascensão social (ARROIO; BATISTA; ZANUNCINI, 2012, p. 3).

Segundo as pesquisadoras Dias e Pingoello (2016), as violências praticadas contra as pessoas com deficiência obtêm-se consequências, como:

Essas atitudes não permitem que o indivíduo desfrute da interação social, prejudicando-a dentro e fora da escola, esta interação deve ser trabalhada na sala de aula com os outros alunos e principalmente com a criança com necessidades educacionais especiais, para que este perceba os seus direitos e os reclame, se necessário, de forma com que aceite suas diferenças e consiga enfrentar as dificuldades (DIAS; PINGOELLO, 2016, p. 50).

Ademais, diante da violência contra pessoas com deficiência a Secretaria de Políticas de Saúde expõe:

Muitas culturas têm dificuldade em aceitar a diversidade do ser humano e são muito preconceituosas em relação ao diferente. As pessoas portadoras

de deficiência física ou mental precisam de condições para desenvolver suas potencialidades, respeito e carinho, como qualquer outra pessoa (BRASIL, 2001a, p. 81).

Diante disso, para a pesquisadora Rocha (2020) em pleno século XXI é preciso que se haja uma sociedade inclusiva diante de toda diversidade:

O século XXI exige de todos nós uma nova postura diante da grande diversidade que vivenciamos. Exige uma sociedade inclusiva, dinâmica, diferente e que respeite a pluralidade cultural. O ser humano tem um papel nessa nova sociedade, pois é nosso dever tratar os outros com respeito, desenvolver valores morais e éticos indispensáveis para o exercício consciente da cidadania (ROCHA, 2020, p. 83).

Diante disso, segundo Rocha (2020, p. 85) perante a educação inclusiva é preciso que haja uma reflexão da sociedade em um todo, sendo de suma importância visar quanto as práticas de intolerância escolar, com destaque ao o *bullying*, o ato de reflexão é de certa maneira o primeiro passo para que se alcance significativas mudanças em prol da aprendizagem, e da educação inclusiva.

## **7 | A CONDUTA SOCIAL PERANTE O BULLYING PRATICADO CONTRA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Para a pesquisadora Escorel (2013) as práticas do *bullying* diante a sociedade, gera a necessidade de conscientização, assim, expõe:

No mundo de hoje, onde a “modernidade” impera, tem que haver a consciência por parte do profissional da área jurídica da importância do trabalho educativo, por isso mesmo, essencialmente preventivo, para evitar que crianças e adolescentes possam se tornar pessoas adultas violentas e agressivas, que só sabem resolver seus problemas à base da força e da intimidação, porque foi esta a formação que receberam (ESCOREL, 2013, p. 4).

Em uma visão geral, a prática do *bullying* é gerada e relacionada através do convívio agressivo que os praticantes de *bullying* obtém em meio a seu ambiente familiar, e é nesse sentido que Aramis alude:

[...] famílias desestruturadas, com relações afetivas de baixa qualidade, em que a violência doméstica é real ou em que a criança representa o papel de bode expiatório para todas as dificuldades e mazelas, são as fontes mais comuns de autores ou alvos de Bullying (ARAMIS, 2005, p. 167).

Ao descrever quanto a atribuição responsabilidades e competências Arrieta (2000) entende que:

“[...] é necessário que se encare com seriedade o desafio de não mais se restringir a uma atitude passiva, mas sim, que se tenha uma postura ativa, que contemple e procure realizar um trabalho profundo. Estruturar-se o processo, atribuindo-se competências e responsabilidades aos órgãos e à comunidade participante” (ARRIETA, 2000, p. 65).

A luz de todo exposto por Arrieta, os pesquisadores Costa, Neto e Rocha (2013, p. 197) concluem: “A partir desse contexto, percebe-se a grande importância do papel da sociedade, junto ao Estado, para tomar medidas preventivas que sejam capazes de combater esse fenômeno complexo e variável que é o *bullying*.”

Nesse aspecto, ao analisarmos o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente é possível compreender que a sociedade em um todo deve desempenhar suas funções visando cumprir com o disposto no Art. 18. “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990).

Nas palavras da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, muitas das vezes, os pais deixam de cumprir com seus deveres e com isso, ocorre consequências:

As consequências dessa renúncia dos pais aos seus papéis de educadores são, no mínimo, desastrosas, para não dizer explosivas. Resultam em filhos egocêntricos, sem qualquer noção de limites, totalmente despreparados para enfrentar os desafios e obstáculos inerentes à própria vida. (...) uma postura de falso entendimento ou, pior do que isso, censuram os filhos de maneira tão débil que suas reprimendas e orientações quase não são obedecidas ou executadas. Constrói-se dessa maneira, um cenário doméstico de falsa tranquilidade e segurança (SILVA, 2010, p. 62).

Isto posto, segundo Vieira, Bonifácio e Dias, a família tem um papel fundamental diante a luta contra o bullying, sendo assim, aduz:

Podemos concluir que a família é a entidade de maior relevância no controle do comportamento da criança ou do adolescente, já que ela é a base educacional do sujeito. É fundamental que se tenha diálogo, acompanhamento e orientação (VIEIRA; BONIFÁCIO; DIAS, 2016, p. 6).

Dessa forma, os pesquisadores acima mencionados concluem:

Conclui-se que quando uma criança ou adolescente está inserido no contexto de violência por meio do bullying, cabe a todos o dever de agir. Esse agir não deve acontecer somente depois do fato em si, por isso chama-se prevenção, mas sim muito anterior a ele (de preferência), com ações educativas e que tenham alcance da sociedade em geral, não somente aos alunos e aos professores (VIEIRA; BONIFÁCIO; DIAS, 2016, p. 9).

Diante de todo o exposto, fica claro que a sociedade em sua totalidade, obtém um papel de suma importância no combate ao *bullying*, e nesse aspecto conclui-se que, para a prevenção desse fenômeno é primordial a participação de todos.

## **8 | A BUSCA PELO RECONHECIMENTO DO DIREITO A IGUALDADE**

A igualdade vem a ser ocasionada através da efetivação da inclusão, nesse aspecto Aranha, (2000), entende quanto a inclusão:

Inclusão, entendida aqui como o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da



vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (ARANHA, 2000, p. 4).

O reconhecimento do direito a igualdade das pessoas com deficiência tem sido buscado por muitos anos, e nesse aspecto em 2006 a Organização das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (ONU, 2006).

Diante dessa perspectiva a escritora Dhanta entende que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, resultou:

Assinalou a mudança da assistência para os direitos; introduziu o idioma da igualdade para conceder o mesmo e o diferente a pessoas com deficiências; reconheceu a autonomia com apoio para pessoas com deficiências e, sobretudo, tornou a deficiência uma parte da experiência humana (DHANTA, 2008, p. 45).

Além da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência criado pela ONU, no Brasil em julho de 2015, assim como já visto no presente artigo foi criado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015).

O Estatuto regula os aspectos de inclusão das pessoas com deficiência, e em seu artigo 4º prevê expressamente o direito a igualdade de oportunidade, além do mais, o referido artigo proíbe qualquer tipo de discriminação.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa (BRASIL, 2015).

Para Luiz Alberto David Araujo (2003) a Igualdade se corresponde a “regra de equilíbrio dos direitos das pessoas portadoras de deficiência”, diante desse ponto de vista, o mesmo, expõe:

“Toda e qualquer interpretação constitucional que se faça, deve passar, obrigatoriamente, pelo princípio da igualdade. Só é possível entendermos o tema de proteção excepcional das pessoas portadoras de deficiência se entendermos corretamente o princípio da igualdade.” (ARAUJO, 2003, p. 46).

Diante do ponto de vista da escritora Eliana Franco Neme (2006, p. 140-141) para que seja alcançada a igualdade diante de indivíduos diferentes, deve ser quebrada a “igualdade de tratamento”, uma vez que, “diante de uma determinada situação, o rompimento da igualdade for à única forma possível de efetivamente assegurar a igualdade”.

Nesse sentido, o grande filósofo Grego Aristóteles foi quem compreendeu a importância das diferenças sociais para que a igualdade fosse de fato alcançada, assim,

“devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades” (ARISTÓTELES, 2001, p. 91- 112).

Além do mais, para ele a diferença consistia na menor ou maior virtude de cada pessoa e, assim, os indivíduos deviam ser tratados proporcionalmente a esse valor, e por esse motivo os indivíduos haveria um tratamento distinto diante as suas diferenças, assim, os diferentes receberiam um tratamento diferente e aqueles que possuíam o mesmo valor (considerados iguais) haveria um tratamento aritmeticamente igual (ARISTÓTELES, 2001, p. 91- 112).

Diante desse ponto de vista Aristóteles também definiu a premissa jurídica, que é aceita até os tempos atuais, que compreende, “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça” (ARISTÓTELES, 2001, p. 91- 112).

Isto posto, ao se falar em princípio da igualdade é importante salientar, que o mesmo de acordo com a Constituição Federal Brasileira, (1988, on-line), possui na atualidade duas vertentes, sendo, a igualdade material baseada na proposição de Aristóteles, (2001, p. 91- 112), em que busca uma igualdade real tratando os indivíduos conforme suas diferenças com base no critério da razoabilidade e proporcionalidade, e por fim, a igualdade formal baseada na lei, ou seja, uma igualdade jurídica, na qual, todos são tratados de maneira igual sem nenhuma distinção.

Em consequência de todo o exposto, é imprescindível concluir que para que haja a devida efetivação da igualdade, diante das pessoas com deficiência em um meio social, é fundamental o cumprimento do papel legal do Estado e da Sociedade, e só assim, a igualdade almejada será alcançada, nesse sentido é indispensável que a sociedade venha desenvolver valores morais e éticos para o exercício consciente da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. T. **Bullying: teoria, investigação e programas de intervenção**. Florianópolis. 2008.

ARAMIS, A. Lopes Neto. **Bullying: Comportamento agressivo entre estudantes**. Jornal de Pediatria. Artigo de Revisão, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão Social e Municipalização**. Marília/SP, 2000. p. 1 - 9.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **Pessoa portadora de deficiência: proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 3. ed., ver., ampl. e atual. Brasília: CORDE, 2003.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. tradução de Mário Gomes Kury. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ARRIETA, Gricelda Azevedo. **A violência na escola: a violência na contemporaneidade e seus reflexos na escola**. Canoas: ULBRA, 2000. ARROIO, S. P.; ZANUNCINI, I; BATISTA, D. A. **A dinâmica do bullying na educação inclusiva**. Curitiba: Faculdade Bagozzi, 2012.

ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/afundacao/deficiencia-visual/convencao-daonu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Acesso em: 16 ago. 2020.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75. BORGES, L.; CAMPOS, J. A. P. P. **Fatores determinantes ao ingresso de alunos com deficiência no ensino médio.** Psicologia Educacional, São Paulo, n. 44, p. 79-91, jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientação para prática em serviço, Ministério da Saúde.** MS, 2001 a. p. 81. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf). Acesso em: 21 out. 2020.

COSTA, C. L. N. D.; NETO, I. F. P.; ROCHA, M. O. **Bullying e o papel da sociedade.** Caderno de Graduação. Ciências Humanas e Sociais. Aracaju. 2013. V. 1, p. 191 – 199. 20. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/534>. Acesso em: 28 out. 2020.

DHANTA, Amita. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. SUR - **Revista Internacional de Direitos Humanos.** São Paulo. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sur/v5n8/v5n8a03.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

DIAS, Fabiana Bruna Gozer; PINGOELLO, Ivone. Bullying na Educação Inclusiva. **Revista de Educação do Vale de Arinos.** v. 3. Juara. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1458>. Acesso em: 20 out. 2020.

ESCOREL, Soraya Soares Da Nóbrega. **Bullying escolar e a visão do Ministério Público no enfrentamento do problema**. 2013. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1141/R%20DJ%20Coment%20civil%20Bullying%20escolar%20-%20soraya.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 out. 2020.

ESTEVE, Crislaine Elza Aparecida; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Bullying: Quando a brincadeira fica seria, causas e consequências. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. v 5. São Roque. 2014. Disponível em: [http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Crislaine.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Crislaine.pdf). Acesso em: 30 out. 2020.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas, São Paulo: Versus, 2005. Acesso em: 15 ago. 2020.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz, 2008. p. 502.

GOMES, Catarina. **Alunos com deficiências são “vítimas preferenciais” de bullying na escola**. Blog Pobreza na imprensa, um observatório da rede europeia anti-pobreza. Portugal, 13 de abr. 2008. Disponível em: <http://eapnimprensa.blogspot.com.br/2008/04/alunos-comdeficienciasovtimas.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

GUISSO, Luciane. **Bullying e suas implicações com base na compreensão relacional sistêmica**. Site Psicologia. PT. 2016. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0974.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

LOPES, Daiana Duarte. **Psicologia e a pessoa com deficiência**. Sagah Educação SA: Grupo A. 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025325/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

LORENTZ, Lutiana Nacur. **A norma da igualdade e o trabalho das pessoas portadoras de deficiência**. SP: LTr, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer**. SP: Saúde Soc, 2011.

NEME, Eliana Franco. **Dignidade, igualdade e vagas reservadas. Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2006, p. 133-151.

OMOTE, Sadão. **Aparência e competência em educação especial**. Temas em Educação Especial. São Carlos, UFSCar, 1990, p. 11-26.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lúcia Rodrigues. **Tendências e reflexões**. Revista USP. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrira/article/view/102875/101168>. Acesso em 16 de ago. de 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973- 2013)**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22 (81). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. 2014.

ROCHA, Termisia Luiza. **Combate ao bullying na escola contra pessoas com deficiência**. Cadernos da Fucamp, v. 19, n. 38, p. 83 ,2020. Disponível em: file:///C:/Users/Lorena/Downloads/2094-7519-1-PB.pdf. Acesso em: 22 out. 2020

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia**. São Paulo: Revista Nacional de Reabilitação, 2003, p. 1.236.

SHARP, Sonia. **How much does bullying hurt?** The effects of bullying on the personal wellbeing and educational progress of secondary aged students. Psicologia Educacional e Infantil. 1995.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying projeto justiça nas escolas**. 3. ed. Brasília/DF. 2016.

SMITH, P. K. **Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la**. In. DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002. p.187-202. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por). Acesso em: 10 out. 2020.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, p. 203. 1998.

VIEIRA, A. D; BONIFÁCIO, T. D. C; DIAS, D. A. **O dever do Estado, da sociedade e da família na prevenção e combate ao bullying**. Anais da Semana Acadêmica Fadisma Entrementes. Ed. 13, Santa Maria – RS. 2016. Disponível em: <http://sites.fadisma.com.br/entrementes/anais/wpcontent/uploads/2016/09/o-dever-do-estadoda-sociedade-e-da-familia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020

WILLIAMS, L. C. A. **Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 9, n. 2, p. 141-154, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382007000100009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000100009). Acesso em: 20 out. 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 1, 14, 24, 40, 43, 46, 48, 50, 55, 56, 60, 71, 114, 130, 131, 132, 133, 135, 139, 140, 141

Alunos 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 108, 118, 122, 126, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160

Amartya Sen 41, 98, 99, 100, 103, 110, 112, 113, 114

Ambiente escolar 28, 51, 53, 57, 81, 82, 108, 142, 144, 145, 149, 150

Aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 14, 18, 29, 32, 37, 44, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 93, 115, 118, 121, 122, 126, 143, 145, 147, 149, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Atores do ambiente escolar 142

### B

Bourdieu 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12

Bullying 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38

### C

Conhecimento científico 3, 4, 5, 115

Covid-19 63, 64, 71, 72

### D

Deficiência física 32, 50, 51, 53, 57

Deficientes visuais 130, 132, 139, 141

Dificuldades 8, 10, 15, 27, 30, 31, 32, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 60, 66, 68, 69, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 105, 107, 116, 127, 145, 148, 156, 160

Docentes 11, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 69, 74, 82, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 146, 147, 148, 149

### E

Educação especial 15, 21, 26, 37, 38, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 107, 108, 128, 142, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 166

Educação infantil 13, 16, 18, 19, 20, 86, 116, 147, 150, 166

Ensino 5, 6, 9, 15, 16, 17, 19, 31, 36, 37, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 105, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 126, 128, 131, 134, 143, 147, 148, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162

Ensino fundamental 64, 86, 116, 152, 156, 157, 160

Ensino remoto 63, 65, 71, 72, 73

Ensino superior 64, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 114, 161

Escola 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 20, 22, 28, 29, 30, 31, 35, 37, 38, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 82, 83, 84, 86, 95, 108, 115, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 160, 166

Evasão 29, 159, 161

Evasão escolar 29

## **F**

Formação docente 13, 16, 18, 19, 115, 116, 125, 126, 127, 128, 129, 143, 150

Fragilidades da escola 1

## **I**

Inclusão 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 85, 88, 90, 93, 94, 98, 99, 100, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 126, 128, 131, 140, 142, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 160, 164

Inclusão escolar 1, 2, 7, 11, 12, 22, 53, 55, 60, 64, 66, 69, 70, 128, 150, 151

Inclusão nos anos iniciais do fundamental 152

Instrumentos psicopedagógicos 74, 77

## **J**

John Rawls 98, 99, 100, 103, 113

## **N**

Nanismo 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60

Nanismo na escola 51, 53, 55, 56

## **O**

Órteses para crianças 13, 16

## **P**

Permanência na escola 50, 52, 86

Pesquisa colaborativa 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

Pesquisa com intervenção do Mestrado Profissional da UNIARP 13

Pessoa com deficiência no Brasil 98, 99, 100, 106

Pessoa surda 39, 41

Placas táteis 130, 131, 132, 139

Potencializando talentos 159

Problemas de aprendizagem 74

Professores 1, 8, 9, 11, 18, 20, 22, 30, 33, 53, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 77, 79, 82, 91, 93, 95, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 154, 160

Programa universidade para todos 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96

Psicopedagogo 74, 76, 77, 82, 83, 84

## **Q**

Qualidade de vida 17, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 60, 104, 160, 163

## **R**

Relações interpessoais 27, 28, 75, 142, 144, 150

## **S**

Sala de aula 31, 40, 45, 58, 59, 67, 68, 82, 121, 122, 127, 128, 144, 147, 148, 154, 156, 164, 165

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 51, 54, 55, 56, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 111, 112, 118, 121, 123, 124, 126, 131, 153, 154, 157, 159, 160, 162

Surdez 157

## **T**

Tecnologia assistiva 39

Teorias da Justiça 98, 99, 112, 113

Transformação social 5, 85

TV tradutora 154





## **U**

UNIARP 13, 14, 16, 20

Universidade do Estado da Bahia 85, 89, 90, 96, 97, 142, 144



# Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)